

NAS NAÇÕES UNIDAS

**LURDES PINTASSILGO
TEM HOJE AUDIÊNCIA
COM JOÃO PAULO II**

O primeiro-ministro português, Maria de Lurdes Pintassilgo, será hoje recebido, em audiência especial, nas Nações Unidas, em Nova Iorque, pelo Papa, durante a recepção oferecida por Kurt Waldheim, em honra de João Paulo II.

(CONTINUA NA 4ª PÁGINA)

NECESSÁRIO A FIRMAR O HOMEM SINGULAR

➤ *Continuado da 1.ª página*

Lurdes Pintassilgo terá ainda hoje, um encontro com o secretário de Estado Cyrus Vance, na missão permanente de Portugal na ONU.

Ontem, Lurdes Pintassilgo apelou, na Assembleia Geral da ONU para «a consciência internacional» com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».

No ponto em que se ocupava do direito à autodeterminação, Lurdes Pintassilgo referiu, ainda, os casos da Namíbia e do Zimbábue, formulando votos para que se encontre uma fórmula, na Conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbábue a liberdade activa da sua voz e vontade, sem tutelas de minoria interna».

O chefe do Executivo português reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do «apartheid», que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».

Referindo-se ao direito à paz, a estadista portuguesa afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento, para a década de 80, que seja compatível com a conti-

nuação da actual política de corrida aos armamentos».

Assim, acrescentou, «ou a maior parte dos recursos financeiros científicos e tecnológicos são «desviados» para a situação dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos».

Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações SALT e atribuiu «significativa importância» às iniciativas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme ocorre com a conferência sobre «segurança e cooperação na Europa».

Referindo-se ao direito à pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestina «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».

Lurdes Pintassilgo considerou imperativo, paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, «criar e consolidar» um direito ao património comum da humanidade.

★ OS PAÍSES POBRES

E OS INDUSTRIALIZADOS

Neste sentido, defendeu a incorporação, numa futura

convenção relativa ao direito do mar, de princípios como o do «património comum da humanidade» e a procura de soluções jurídicas «visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos, à escala mundial ou regional», como passo «constutivo de uma nova ordem mundial».

Para encontrar «novos modelos» de sociedade, o primeiro-ministro português, propôs «o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais, que se situem num registo diferente do mero crescimento económico», para os países industrializados.

Quanto aos países pobres, apontou o cultivo do diálogo e a redescoberta de que «uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos, que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna».

Para uma nova solidariedade mundial, Lurdes Pintassilgo atribuiu às Nações Unidas a responsabilidade de «assumir o desafio», pois que, «a linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável».

Para Lurdes Pintassilgo, «o que está em jogo não é somente uma mudança de for-

ma de vida, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional».

A sua proposta é a da «necessidade imperativa de juntos, pacientemente, desenhar mos, com fraternidade e à luz da nossa humana medida os rostos que vêm faltando ao relacionamento entre as nações».

O primeiro-ministro português não se esqueceu de sublinhar perante a Assembleia Geral da ONU, como indispensável, o reforço dos valores culturais na defesa de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», dentro da linha que propôs de «desenvolvimento endógeno» dos povos.

Especificando, nele englobaria «o respeito pelo ritmo de crescimento de cada região» o «melhor aproveitamento das suas matérias-primas» e a «capacidade de uma dada sociedade fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica, com a cultura que é a sua e os materiais que são os seus».

Para Lurdes Pintassilgo, por tudo quanto disse, «não é possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular».

Por isso, rematou o seu discurso, lendo uns versos de António Gedeão, que, metaforicamente, liga o Povo português à Humanidade inteira.